

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.795.263 - SP (2019/0028940-6)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**RECORRENTE : MANOEL ANTONIO VEIGA**  
**RECORRENTE : ANTONIO SIMOES**  
**RECORRENTE : ARI SOARES**  
**RECORRENTE : AUGUSTA HORACIO DA SILVA ROSA**  
**RECORRENTE : BENEDITO FAGIOLI**  
**RECORRENTE : CECILIA PEREIRA DE AZEVEDO**  
**RECORRENTE : FERNANDO SANCHES BUENO**  
**RECORRENTE : FRANCISCO CARLOS DA ROCHA**  
**RECORRENTE : GECI DA COSTA MELLO PINTO**  
**RECORRENTE : IVALDO ANTONIO DE OLIVEIRA SANTOS**  
**RECORRENTE : IVANI ROSA PAES**  
**RECORRENTE : JORGE VICENTE CHIARINI**  
**REPR. POR : PAULO FLAVIO TEIXEIRA CHIARINI**  
**RECORRENTE : JOSE CARLOS FERREIRA**  
**RECORRENTE : JOSE PASCHOAL RODRIGUES**  
**RECORRENTE : LOIDES ALVES PEREIRA ALMEIDA**  
**RECORRENTE : LOURDES DE CAMPOS SILVA**  
**RECORRENTE : MARIA ANTONIA RIBEIRO BIANCO**  
**RECORRENTE : MARIETE FREIRE DA SILVA DE AGUIAR**  
**RECORRENTE : MARILIA DA SILVEIRA NIKOLIC**  
**RECORRENTE : MARLENE HERINGER MOREIRA**  
**RECORRENTE : MOACYR MORIS**  
**RECORRENTE : ORLANDO ROQUE BERNARDINI**  
**RECORRENTE : OZANA MATOS BRAGGION**  
**RECORRENTE : RICARDO JOSE BERTO**  
**RECORRENTE : RIMA KIREEFF COVO**  
**RECORRENTE : ROSEMARY ROSA E SILVA**  
**RECORRENTE : SILVIO FORTUNATO ABRANTES FILHO**  
**RECORRENTE : SOPHIA DOS ANJOS FERNANDES LAPACHINSKE**  
**RECORRENTE : VITOR MAURICIO GUSMAO LOPES**  
**RECORRENTE : WORMES JOSE THEODORO**  
**ADVOGADOS : RUBENS FERREIRA - SP058774**  
**VLADMIR OLIVEIRA DA SILVEIRA - SP154344**  
**RECORRIDO : SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV**  
**ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. DECISÃO QUE DECLINOU A COMPETÊNCIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. POSSIBILIDADE. ART. 1.015 DO CPC/2015. TAXATIVIDADE MITIGADA. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, DOU-LHE PROVIMENTO.

## **DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por MANOEL ANTONIO VEIGA e OUTROS, com fundamento no art. 105, III, "a", da CF/1988, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, nesses termos ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - Competência - Decisão recorrida que determinou a remessa dos autos à Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca da Capital - Insurgência — Impossibilidade - Hipótese não contemplada pelo rol taxativo estampado nos incisos do artigo 1015, do Código de Processo Civil - CPC/15) - Impossibilidade de conhecimento do recurso, nos termos preconizados pelo artigo 932, caput e inciso III, do Código de Processo Civil - CPC/15 - Precedentes desta Corte de Justiça - Recurso não conhecido.

No recurso especial, a parte recorrente aponta violação dos seguintes dispositivos:

(a) art. 1.015 do CPC/2015, aduzindo que deve ser dada interpretação extensiva como uma possível forma de se tutelar o direito da parte, evitando que formalismos processuais impeçam a realização da efetividade do processo.

(b) art. 22 da Lei n. 8.880/94, alegando que não foram respeitados os parâmetros legais para a conversão dos proventos dos recorrentes para URV;

(c) art. 38 da Lei 9.099/95 e §2º da Lei n. 12.153/09, argumentando que nos Juizados Especiais o juiz não pode proferir sentenças de mérito ilíquidas, além de que o valor auferido na ação originária excederá o teto estipulado pelo Juizado Especial.

Não foram apresentadas contrarrazões.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Observa-se que o Tribunal de origem não conheceu do agravo de instrumento interposto pela parte ora recorrente, - que pleiteia impugnar a decisão que declinou a competência -, ante sua manifesta inadmissibilidade.

O acórdão recorrido considerou que as hipóteses descritas pelo art. 1.015 do CPC/2015 são taxativas e nem se cogita a interpretação extensiva ao inciso III do dispositivo supramencionado, por não se tratar de rejeição de convenção de arbitragem.

Verifica-se que o aresto estadual não está em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

Isso porque, por ocasião do julgamento do Recurso Especial 1696396/MT, submetido à sistemática dos recursos repetitivos (art. 543-C do CPC), Tema 988, o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que o rol do art. 1.015 do CPC é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação, e de que é cabível o agravo de instrumento previsto no art. 1.015 do CPC/2015 na hipótese em que se discute a competência do juízo em que tramita o processo. Isso porque a correta fixação da competência jurisdicional é medida que se impõe desde logo, sob pena de ser infrutífero o exame tardio da questão controvertida.

Nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. NATUREZA JURÍDICA DO ROL DO ART. 1.015 DO CPC/2015. IMPUGNAÇÃO IMEDIATA DE DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS NÃO PREVISTAS NOS INCISOS DO REFERIDO DISPOSITIVO LEGAL. POSSIBILIDADE. TAXATIVIDADE MITIGADA. EXCEPCIONALIDADE DA IMPUGNAÇÃO FORA DAS HIPÓTESES PREVISTAS EM LEI. REQUISITOS.

1- O propósito do presente recurso especial, processado e julgado sob o rito dos recursos repetitivos, é definir a natureza jurídica do rol do art. 1.015 do CPC/15 e verificar a possibilidade de sua interpretação extensiva, analógica ou exemplificativa, a fim de admitir a interposição de agravo de instrumento contra decisão interlocutória que verse sobre hipóteses não expressamente previstas nos incisos do referido dispositivo legal.

2- Ao restringir a recorribilidade das decisões interlocutórias proferidas na fase de conhecimento do procedimento comum e dos procedimentos especiais, exceção feita ao inventário, pretendeu o legislador salvaguardar apenas as "situações que, realmente, não podem aguardar rediscussão futura em eventual recurso de apelação".

3- A enunciação, em rol pretensamente exaustivo, das hipóteses em que o agravo de instrumento seria cabível revela-se, na esteira da majoritária doutrina e jurisprudência, insuficiente e em desconformidade com as normas fundamentais do processo civil, na medida em que sobrevivem questões urgentes fora da lista do art.

1.015 do CPC e que tornam inviável a interpretação de que o referido rol seria absolutamente taxativo e que deveria ser lido de modo restritivo.

4- A tese de que o rol do art. 1.015 do CPC seria taxativo, mas admitiria interpretações extensivas ou analógicas, mostra-se igualmente ineficaz para a conferir ao referido dispositivo uma interpretação em sintonia com as normas fundamentais do processo civil, seja porque ainda remanescerão hipóteses em que não será possível extrair o cabimento do agravo das situações enunciadas no rol, seja porque o uso da interpretação extensiva ou da analogia pode desnaturar a essência de institutos jurídicos ontologicamente distintos.

5- A tese de que o rol do art. 1.015 do CPC seria meramente exemplificativo, por sua vez, resultaria na repristinação do regime recursal das interlocutórias que vigorava no CPC/73 e que fora conscientemente modificado pelo legislador do novo CPC, de modo que estaria o Poder Judiciário, nessa hipótese, substituindo a atividade e a vontade expressamente externada pelo Poder Legislativo.

6- Assim, nos termos do art. 1.036 e seguintes do CPC/2015, fixa-se a seguinte tese jurídica: O rol do art. 1.015 do CPC é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.

7- Embora não haja risco de as partes que confiaram na absoluta taxatividade serem surpreendidas pela tese jurídica firmada neste recurso especial repetitivo, pois somente haverá preclusão quando o recurso eventualmente interposto pela parte venha a ser admitido pelo Tribunal, modulam-se os efeitos da presente decisão, a fim de que a tese jurídica apenas seja aplicável às decisões interlocutórias proferidas após a publicação do presente acórdão.

8- Na hipótese, dá-se provimento em parte ao recurso especial para

determinar ao TJ/MT que, observados os demais pressupostos de admissibilidade, conheça e dê regular prosseguimento ao agravo de instrumento no que se refere à competência, reconhecendo-se, todavia, o acerto do acórdão recorrido em não examinar à questão do valor atribuído à causa que não se reveste, no particular, de urgência que justifique o seu reexame imediato.

9- Recurso especial conhecido e parcialmente provido.

(REsp 1696396/MT, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, CORTE ESPECIAL, julgado em 05/12/2018, DJe 19/12/2018)

Prosseguindo, quanto à alegação de violação dos arts. 22 da Lei n. 8.880/94, 38 da Lei 9.099/95 e §2º da Lei n. 12.153/09, não houve apreciação pelo Tribunal de origem sobre os dispositivos supostamente violados, o que impossibilita o julgamento do recurso neste aspecto, por ausência de prequestionamento, nos termos das Súmulas 282/STF e 356/STF, respectivamente: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada"; "O ponto omissso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento."

Efetivamente, para a configuração do questionamento prévio não é necessário que o Tribunal de origem mencione expressamente o dispositivo infraconstitucional tido como violado. Todavia, é imprescindível que no aresto recorrido a questão tenha sido discutida e decidida fundamentadamente, sob pena de não-preenchimento do requisito do prequestionamento, indispensável para o conhecimento do recurso especial. Tal medida se justifica pelo simples fato de que não poderia o Tribunal de origem ter contrariado lei quanto a matéria que sequer tratou.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e V, do CPC/2015 c/c o art. 255, § 4º, I e III, do RISTJ, conheço em parte do recurso especial e, nessa extensão, dou-lhe provimento, nos termos da fundamentação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**

Relator